



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Gabinete da Presidência
Memória da Reunião do Comitê Gestor

Aos dezanove dias do mês de setembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Presidência do ICMBio, às 10h35, teve início a reunião com os seguintes participantes: **Roberto Ricardo Vizenin** (Presidente), **Marcelo Marcelino de Oliveira** (Diretor da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - DIBIO), **João Arnaldo Novaes Júnior** (Diretor da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação - DISAT), **Pedro de Castro da Cunha e Menezes** (Diretor da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação - DIMAN), **Carlos Vitor Andrade Bezerra** (Procurador-Chefe Nacional da Procuradoria Federal Especializada - PFE/ICMBio), **Maria Iolita Bampi** (Chefe de Gabinete), **Gustavo Costa Rodrigues** (Coordenador da Coordenação-Geral de Planejamento Operacional e Orçamento – CGPLAN), **Wajdi Rashad Mishmish** (Coordenador da Coordenação de Planejamento - COPLAN), **Maria Claudia Camurça Martins** (Chefe da Divisão de Comunicação Social - DCOM), **Nadinni Oliveira de M. Sousa** (Ministério do Meio Ambiente), **Ana Paula Leite Prates** (Ministério do Meio Ambiente), **Flávia Nascimento** (Ministério do Meio Ambiente), **Roberto Rodriguez** (Ministério do Meio Ambiente).

Pauta:

1. **Análise da conjuntura;**
2. **Estabelecimento de base física para a Resex Acaú-Goiana (PE/PB) – DIPLAN;**
3. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação x Planejamento Estratégico (Efetividade de Gestão das UC) – MMA; e**
4. **Informes.**
 - 4.1. **Congresso IUCN (Pedro Menezes); e**
 - 4.2. **VII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC).**

Deliberações:

1. **Análise da conjuntura.**

Assunto remanejado para o período da tarde desse mesmo dia, para discussão específica.

2. **Estabelecimento de base física para a Resex Acaú-Goiana (PE/PB) – DIPLAN.**

Após contextualização dos participantes a respeito desse assunto foi acordado que a DIPLAN providenciará análise qualificada da situação para deliberação pelo Comitê.

3. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação x Planejamento Estratégico (Efetividade de Gestão das UC) – MMA.**

A Senhora Ana Paula Prates iniciou a sua explanação informando que foi realizado um trabalho de definição de indicadores a serem encaminhados para a Casa Civil como

metas institucionais do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de suas vinculadas. O resultado dessa iniciativa foi a definição de um indicador relacionado ao controle de desmatamento dos biomas brasileiros, específico para a Amazônia e cerrado, como a principal meta institucional do ministério.

Ela destacou que apesar de essa meta ser a principal (desmatamento) e estar focada no cerrado e Amazônia, os indicadores são válidos para todo o Brasil e, portanto, essa seria a oportunidade de contemplar a questão de áreas protegidas como um indicador.

Foi decidido que um indicador facilmente mensurável e que considera a relevância dessas áreas está relacionado ao fortalecimento do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) como um importante instrumento de gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Nesse sentido, foi realizado pelo MMA um trabalho para demonstrar a atual situação do cadastro e a forma como ele deve funcionar. A idéia é que o cadastro fortalecido seja capaz de gerar relatórios rápidos, que contribuam para a efetividade da gestão das unidades de conservação.

Durante a apresentação desse trabalho, em uma reunião realizada na Secretaria Executiva (SECEX) do MMA, quando foi mostrado o quantitativo de unidades de conservação cadastradas (federais, estaduais e municipais), mais de 1698, houve um questionamento acerca das 312 unidades de conservação federais, que foram validadas no cadastro a partir de informações do ICMBio e que precisam ser revistas.

Todavia, foi informado que o Ministério não poderá inserir nenhuma meta referente à revalidação ou reavaliação dessas unidades sem que haja um acordo com o ICMBio, posto que esta providência é uma meta do Instituto, embora, concomitantemente com o MMA, por ser o coordenador do SNUC e ter sob sua responsabilidade a gestão do CNUC (compete ao Ministério do Meio Ambiente organizar e manter o Cadastro Nacional de Unidades, conforme estabelecido no artigo 50 da Lei Nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC).

A forma de rever e efetuar a validação dessas unidades, de fato, constitui um dos grandes atuais desafios do ICMBio que, segundo o entendimento da Senhora Ana Paula, precisa ser discutido e pactuado.

Espera-se que além das informações básicas referentes às unidades (*shapes*, ato legal de criação, entre outras), também sejam providenciados e mantidos atualizados dados adicionais, para que, dessa forma, se torne possível a utilização do CNUC no processo de tomadas de decisão.

O Senhor Presidente enfatizou que a motivação da atual reunião, além de referir-se à necessidade de se pactuar as informações que precisam ser validadas, conforme afirmado anteriormente pela Senhora Ana Paula, objetiva também comunicar as atuais providências do Instituto para revalidar as unidades de conservação, ressaltando que o ICMBio dispõe de um conjunto de indicadores de efetividade, que contribuem para ampliar e qualificar esse processo, em andamento.

O Senhor Wajdi Mishmish disse que o ICMBio, desde a sua criação, envida esforços para manter os dados do CNUC atualizados, mas que este procedimento depende de algumas imprescindíveis melhorias tecnológicas, principalmente em função de o sistema não reportar as últimas alterações de dados efetuadas e a possibilidade de os

usuários promoverem modificações nos *shapes* das unidades. Ele destacou que o banco de dados do Instituto (*shapes* e decretos), por sua vez, encontra-se devidamente organizado, sendo operado somente por um setor, no caso, a Coordenação-Geral de Consolidação Territorial, o que garante segurança quanto às informações apresentadas.

Ele também comentou a importância de os representantes do MMA conhecerem o Sistema Integrado de Gestão Estratégica – SIGE (permite acompanhar todo o ciclo do PDCA: planejar as metas e os meios para alcançá-las; executar o que foi planejado; verificar os resultados obtidos, comparando-os com as metas; e agir sobre as causas, em caso de impedimentos para atingir as metas planejadas), registrando que o ICMBio está trabalhando o módulo de informações gerenciais, que apresenta conteúdos que podem alimentar o CNUC.

Em complementação aos esclarecimentos anteriores da Senhora Ana Paula, a Senhora Flávia Nascimento informou que a Casa Civil solicitou a apresentação de indicadores em dois temas: “controle do desmatamento” e “mudança do clima”. A orientação da SECEX/MMA foi para se contemplar os projetos prioritários do ministério na elaboração de tais indicadores. No caso do ICMBio, este referiu-se à regularização fundiária, enquanto que para a Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF/MMA foi definida a validação das unidades de conservação no cadastro.

Considerando a aprovação dessa proposta, o MMA começou a desenvolver o módulo de metas do Sistema de Informação e Gestão para a Governabilidade – Sigob (sistema de gestão baseado em *software* desenvolvido pelo PNUD), que trabalha com as metas prioritárias para o ministério. A aceitação da validação das unidades de conservação no cadastro como meta da Casa Civil implicou em necessidade de sua incorporação, no referido sistema, também como prioridade do MMA.

Constatado o imperativo de se resolver os aspectos pendentes para a validação das unidades de conservação federais, e tendo em vista o fortalecimento do CNUC, foi indicada a seguinte meta: 100% das unidades de conservação federais cadastradas com os dados.

A respeito desses dados, o Senhor Wajdi Mishmish sugeriu a realização de reunião específica para discutir aqueles que são urgentes para o CNUC, mediante a utilização dos conteúdos disponíveis no SIGE como base de consulta.

O Senhor Marcelo Marcelino, após referendar a importância de definição dessas informações para o processo de validação das unidades de conservação no referido cadastro, reportou-se à situação de sete unidades que foram criadas por meio de outros instrumentos legais, que não por decreto, para questionar se a validação dessas unidades deverá constituir uma das metas do Sigob, posto que, no seu entendimento, elas não constariam no CNUC, nesse primeiro momento, considerando o exposto.

O comentário do Senhor Wajdi Mishmish, em seguida, foi sobre a necessidade de identificar essas unidades. Para tanto, ele se comprometeu a providenciar um boletim, a partir do SIGE, com informações de todas as unidades não implantadas, até agora, para apreciação e decisão do Comitê Gestor.

A partir de sugestão da Senhora Lolita Bampi foi acordada a realização de uma reunião, com o Departamento de Áreas Protegidas – DAP/MMA e o Departamento de Gestão Estratégica – DGE/MMA e, em seguida, com os secretários da SECEX e da SBF, para

explicar o funcionamento do SIGE e apresentar as informações que ele pode disponibilizar.

O Senhor Presidente aproveitou a oportunidade da presença da Senhora Ana Paula para solicitar o agendamento de uma reunião específica, com a finalidade de tratar de questões relativas às propostas de criação de unidades de conservação federais.

4. Informes.

4.1. Congresso IUCN (Pedro Menezes).

Reportando-se à sua participação no Congresso Mundial para a Conservação da Natureza, em Jeju, República da Coreia, realizada no período de 6-15 setembro de 2012, o Senhor Pedro Menezes destacou a relevância da reunião de presidentes de institutos de unidades de conservação, onde foi discutida a importância da conscientização sobre o mundo de hoje ser mais urbano do que rural e o indispensável apoio das populações urbanas para se promover a conservação da natureza. Uma das conclusões dessa reunião foi a necessidade de fortalecimento da atividade de visitação, sobretudo nas unidades de conservação urbanas.

Ele informou ainda que para tratar da gestão de unidades de conservação e espécies exóticas, as duas grandes questões discutidas durante o evento em Jeju, será realizado em Sydney, Austrália, em 2014, um congresso somente para áreas protegidas.

Concluindo, o Diretor da DIMAN se responsabilizou pela elaboração de um informe resumido sobre os principais assuntos tratados no congresso, para divulgação no "ICMBio em Foco".

4.2. VII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC).

A Senhora Lolita Bampi fez menção ao informe da reunião do Comitê Gestor, de 29 de agosto de 2012, sobre a participação do ICMBio no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (VII CBUC), em Natal/RN, no período de 23 a 27 de setembro de 2012, para comunicar que foram providenciadas as inscrições de 187 servidores (38 voluntários, 35 indicados pelas diretorias do Instituto para participar de simpósios, 27 autores de trabalhos técnicos aprovados pela organização do CBUC, 27 apoiados pela SOS Mata Atlântica, 58 indicados pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA/MMA e 2 representantes do Projeto Corredores Ecológicos/MMA).

A Senhora Cláudia Camurça, por sua vez, informou as providências relativas à montagem de estande do ICMBio, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), na área de exposições do congresso, onde o público poderá obter informações sobre os programas e projetos do Instituto e ter acesso às publicações técnico-científicas e materiais de divulgação.